ARTIGO

DOI: 10.5433/2238-3018.2026.v32.54522

A história que o Enem avalia: repertório histórico, competências e implicações para o ensino (2015–2025)

The history evaluated by the Enem: historical repertoire, competencies, and implications for teaching (2015–2025)

La historia que evalúa el Enem: repertorio histórico, competencias e implicaciones para la enseñanza (2015–2025)

Mailson Moreira dos Santos Gama*

Resumo: Este artigo analisa a configuração da disciplina de História no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) a partir de uma investigação longitudinal das provas de Ciências Humanas aplicadas entre 2015 e 2025. Com base na análise sistemática de 185 questões, o estudo as classifica segundo recortes temporais, eixos temáticos, competências mobilizadas e abordagens teórico-metodológicas, distinguindo questões exclusivamente disciplinares e questões interdisciplinares com forte ancoragem histórica. Os resultados evidenciam a consolidação de um repertório histórico relativamente estável ao longo da série analisada, marcado pela centralidade da História Contemporânea e do Brasil República, pela recorrência de temas como poder, cidadania, cultura, identidade e desigualdade social, e pela predominância de competências interpretativas em detrimento da memorização factual. A análise permite compreender o Enem como instância de legitimação curricular, cujos critérios avaliativos influenciam a seleção de saberes históricos e produzem implicações pedagógicas relevantes para o ensino da disciplina no Ensino Médio.

Palavras-chave: Ensino de História; Enem; ciências humanas.

* *Mestre em História pela Universidade do Estado da Bahia, UNEB. Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG. Orcid: https://orcid.org/0009-0005-4359-9687. E-mail: mailsongama50@gmail.com.*

CC BY

Abstract: This article analyzes the configuration of the History discipline in the Brazilian National High School Exam (Enem) based on a longitudinal investigation of the Humanities tests administered between 2015 and 2025. Drawing on a systematic analysis of 185 items, the study classifies the questions according to temporal frameworks, thematic axes, mobilized competencies, and theoretical-methodological approaches, distinguishing between strictly disciplinary items and interdisciplinary items with strong historical grounding. The results reveal the consolidation of a relatively stable historical repertoire throughout the period analyzed, characterized by the centrality of Contemporary History and Brazil's Republican period, the recurrence of themes such as power, citizenship, culture, identity, and social inequality, and the predominance of interpretative competencies over factual memorization. The analysis makes it possible to understand the Enem as an instance of curricular legitimation, whose evaluative criteria influence the selection of historical knowledge and produce relevant pedagogical implications for the teaching of History in Brazilian secondary education.

Keywords: History teaching; Enem; Human sciences.

Resumen: Este artículo analiza la configuración de la asignatura de Historia en el Examen Nacional de la Enseñanza Media (Enem) a partir de una investigación longitudinal de las pruebas de Ciencias Humanas aplicadas entre 2015 y 2025. Con base en el análisis sistemático de 185 preguntas, el estudio las clasifica según recortes temporales, ejes temáticos, competencias movilizadas y enfoques teórico-metodológicos, distinguiendo entre preguntas exclusivamente disciplinares y preguntas interdisciplinares con fuerte anclaje histórico. Los resultados evidencian la consolidación de un repertorio histórico relativamente estable a lo largo del período analizado, marcado por la centralidad de la Historia Contemporánea y de la Historia de Brasil República, por la recurrencia de temas como poder, ciudadanía, cultura, identidad y desigualdad social, y por el predominio de competencias interpretativas en detrimento de la memorización factual. El análisis permite comprender el Enem como una instancia de legitimación curricular, cuyos criterios evaluativos influyen en la selección de saberes históricos y producen implicaciones pedagógicas relevantes para la enseñanza de la disciplina en la Educación Media.

Palabras clave: Enseñanza de la historia; Enem; Ciencias humanas.

Introdução

Desde sua consolidação como principal exame de acesso ao Ensino Superior no Brasil, o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) ultrapassou a função estrita de avaliação somativa (Travitzki, 2013), tornando-se um poderoso dispositivo de regulação curricular e de indução de práticas pedagógicas no Ensino Médio (Piunti, 2015; Peroba, 2017). Nesse contexto, a área de Ciências Humanas e suas Tecnologias ocupa papel estratégico, uma vez que articula saberes voltados à formação cidadã, à leitura crítica da realidade social e à compreensão histórica dos fenômenos contemporâneos (Moraes, 2018).

Entre as disciplinas que compõem essa área, a História ocupa uma posição de destaque. Sua presença no Enem manifesta-se tanto em questões de temática explicitamente histórica quanto na articulação interpretativa de itens interdisciplinares. Diante disso, torna-se pertinente investigar que História o Enem mobiliza, de que maneira esse conhecimento histórico é acionado na construção das questões e quais implicações essas escolhas podem produzir para o ensino da disciplina.

Partindo dessa problemática, o presente estudo analisa a presença, os recortes temporais, os eixos temáticos, as competências mobilizadas e as abordagens teórico-metodológicas da História nas provas do Enem aplicadas entre 2015 e 2025, na área de Ciências Humanas. O recorte temporal se justifica por abranger uma década marcada pela consolidação do Enem como principal mecanismo de acesso ao ensino superior no Brasil e como instrumento de indução curricular no Ensino Médio.

Embora existam inúmeros estudos sobre currículo, avaliação educacional e ensino de História, ainda são escassas as análises empíricas de caráter longitudinal que investiguem de forma sistemática a configuração disciplinar da História em avaliações em larga escala, como o Enem. As avaliações em larga escala não se restringem à aferição das aprendizagens; também produzem efeitos curriculares, influenciando a seleção de conteúdos, práticas pedagógicas e formas legítimas de conhecimento escolar (Apple, 2016; Mainardes; Ball, 2022; Sacristán, 2013). Dessa forma, ao analisar o Enem como política de avaliação em larga escala, o estudo contribui para a compreensão dos efeitos curriculares e pedagógicos de exames nacionais sobre o ensino de disciplinas escolares.

A hipótese central que orienta a pesquisa é a de que o Enem consolida, ao longo da década analisada, um modelo específico de História escolar, marcado pelo afastamento de uma abordagem factual e memorística e pela valorização de uma História interpretativa, socialmente engajada, conceitual e conectada a debates contemporâneos, como cidadania, democracia, desigualdade, memória, cultura e direitos humanos. Esse modelo tende a privilegiar competências interpretativas, leitura crítica de

fontes e articulação entre passado e presente, ao mesmo tempo que desloca práticas tradicionais baseadas na cronologia linear e na enumeração de eventos.

Para este estudo, foram examinadas exclusivamente provas do 1º dia de Enem, que concentram as 45 questões da área de Ciências Humanas. Metodologicamente, o estudo baseia-se em uma análise quantitativa e qualitativa das provas, totalizando 185 questões, ao longo de 11 edições do exame. As questões foram classificadas com base em critérios que distinguem itens exclusivamente históricos e itens interdisciplinares com forte ancoragem histórica. A partir desse corpus, procedeu-se à categorização por recortes temporais, eixos temáticos, competências e habilidades da Matriz de Referência do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), bem como à análise das características discursivas e da abordagem teórico-metodológica das questões.

Levantamento e classificação das questões de História

A partir do corpus delimitado, a análise das questões foi orientada por critérios que permitissem distinguir a presença efetiva do conhecimento histórico de referências meramente contextuais ou ilustrativas. Nesse sentido, a análise sistemática de itens de avaliações em larga escala constitui procedimento consolidado no campo da avaliação educacional, permitindo identificar padrões curriculares e concepções de conhecimento escolar (Vianna, 2000; INEP, 2009). Com base nesse referencial, o critério de inclusão das questões de História apoiou-se em dois parâmetros complementares.

O primeiro correspondeu às questões exclusivamente de História, entendidas como aquelas cujo objeto, abordagem e resolução dependem diretamente de conhecimentos históricos, tais como processos, conceitos, temporalidades, fontes e interpretações historiográficas. O segundo abrangeu as questões interdisciplinares com forte ancoragem histórica, nas quais, embora haja articulação com outras áreas das Ciências Humanas, como Sociologia, Filosofia, Geografia ou Ciência Política, a compreensão de processos, conceitos ou temporalidades históricas permanece central para a interpretação e a resolução do item.

Para operacionalizar essa classificação, cada questão foi examinada individualmente, considerando seu enunciado, os textos de apoio, as fontes mobilizadas e as alternativas de resposta. A análise buscou identificar quais conhecimentos eram efetivamente necessários à resolução do item e qual papel o conhecimento histórico desempenhava na construção do problema. Também foram excluídas as questões em que as referências à História apresentavam caráter apenas tangencial, ilustrativo ou contextual, sem participação decisiva na interpretação solicitada.

O Quadro 1 reúne três questões da edição de 2025 do Enem que ilustram a aplicação dos critérios de classificação adotados na pesquisa. São apresentados um item exclusivamente histórico, outro interdisciplinar com forte ancoragem histórica e um terceiro que, embora mobilize referências históricas, foi excluído do corpus. A comparação entre os exemplos permite compreender os parâmetros utilizados para delimitar a presença efetiva do conhecimento histórico nas questões.

Quadro 1 – Exemplos de aplicação dos critérios de classificação das questões de História no Enem.

Edição/questão	Objeto de conhecimento	Competência/habilidade mobilizada	Classificação
Enem 2025 – Q47	Reforma eleitoral de 1881, exigência de alfabetização e restrição da participação política no Brasil imperial.	Análise das transformações da cidadania e dos mecanismos de participação política.	Exclusivamente histórica
Enem 2025 – Q57	Formação histórica das instituições disciplinares e mecanismos de controle social	Interpretação das relações entre instituições, mecanismos de controle social e relações de poder em perspectiva histórica.	Interdisciplinar com forte ancoragem histórica
Enem 2025 – Q49	Adam Smith, moralidade, empatia e motivação nas relações econômicas.	Interpretação de conceitos filosóficos relacionados à ética e ao comportamento econômico.	Exemplo de questão excluída

Fonte: Elaboração própria, com base no Caderno 3, Branco, do Enem 2025, questões 47, 49 e 57.

A classificação não dependeu apenas da identificação de datas, acontecimentos ou personagens historicamente reconhecidos, mas, sobretudo, do papel desempenhado pelo conhecimento histórico na construção e na resolução de cada questão. Por essa razão, a simples presença de referências ao passado não justificou a inclusão de um item no corpus. Foi necessário verificar se processos, conceitos e interpretações históricas eram efetivamente indispensáveis à compreensão do problema apresentado.

A aplicação desses critérios permitiu dimensionar a presença da História na área de Ciências Humanas e identificar as diferentes formas de mobilização do conhecimento histórico pelo exame. No Quadro 2, as questões estão distribuídas por edição, com a distinção entre aquelas classificadas como exclusivamente históricas e as interdisciplinares com forte ancoragem histórica.

Quadro 2 – Distribuição das questões de História no Enem (2015–2025).

Ano	Quantidade de questões exclusivamente de História	Quantidade de questões interdisciplinares com forte ancoragem histórica	Total de questões de História
2015	12	6	18
2016	12	2	14
2017	11	4	15
2018	16	2	18
2019	10	5	15
2020	12	8	20
2021	13	6	19
2022	8	9	17
2023	12	6	18
2024	13	4	17
2025	11	3	14
Total	130	55	185

Fonte: Elaboração própria (2026).

Entre 2015 e 2025, foram identificadas 185 questões com conteúdo histórico, distribuídas entre as categorias exclusivamente históricas e interdisciplinares com forte ancoragem histórica. O número corresponde a 37,37% das 495 questões de Ciências Humanas consideradas nas onze edições do exame. Embora a quantidade de itens varie de um ano para outro, a participação da História apresenta relativa estabilidade ao longo da série analisada.

Das 185 questões identificadas no período, 130 (70,27%) foram classificadas como exclusivamente de História e 55 (29,73%) como interdisciplinares com forte ancoragem histórica. A predominância dos itens exclusivamente disciplinares indica que, embora o exame estabeleça articulações frequentes entre diferentes campos das Ciências Humanas, o conhecimento histórico mantém presença majoritária na composição das questões. Essa proporção, contudo, não se repete de maneira uniforme em todas as edições. A participação dos itens interdisciplinares oscilou entre 11,11%, em 2018, e 52,94%, em 2022. Nos demais anos, os percentuais foram de 33,33% em 2015, 14,29% em 2016, 26,67% em 2017, 33,33% em 2019, 40,00% em 2020, 31,58% em 2021, 33,33% em 2023, 23,53% em 2024 e 21,43% em 2025.

As questões analisadas articulam conhecimentos históricos a diferentes campos das Ciências Humanas, especialmente à Sociologia, à Filosofia política e à Geografia. Também são recorrentes aproximações com temas transversais, como Direitos Humanos, Cultura e Ciência Política, além de referências à Economia e ao Meio Ambiente. Essas relações situam o conhecimento histórico na discussão de problemas estruturais do mundo contemporâneo, conferindo-lhe uma função que vai além da contextualização

dos acontecimentos: ele constitui uma ferramenta necessária à compreensão dos fenômenos apresentados.

A abordagem interdisciplinar do Enem não retira da História sua especificidade, ao contrário, amplia as possibilidades de interpretação dos fenômenos sociais ao articular conceitos sociológicos, categorias geográficas e reflexões filosófico-políticas à compreensão de processos históricos. Questões relacionadas ao mundo do trabalho, à cidadania, às desigualdades sociais, aos movimentos sociais, às relações de poder, aos conflitos identitários e à memória coletiva são apresentadas para além de acontecimentos isolados, considerando suas trajetórias e transformações ao longo do tempo.

As questões analisadas apresentam menor incidência de abordagens estritamente factuais ou cronológicas, características de uma concepção mais tradicional da História. Em seu lugar, ganha espaço uma perspectiva orientada pela História-problema, na qual a contextualização e a análise dos processos históricos assumem maior relevância (Bittencourt, 2011). A dimensão temporal, as permanências, as rupturas e as estruturas históricas permanecem fundamentais mesmo quando as questões abordam temas contemporâneos, como direitos civis, democracia, racismo estrutural, gênero e sustentabilidade.

No campo pedagógico, essa configuração atribui maior importância a procedimentos próprios do pensamento histórico, como a contextualização temporal, a análise de permanências e rupturas, a leitura crítica de fontes e discursos e a articulação entre passado e presente. A menor centralidade da memorização factual, contudo, não elimina os limites do modelo avaliativo. A necessidade de traduzir operações complexas do pensamento histórico em questões de múltipla escolha restringe as possibilidades de interpretação e tende a privilegiar respostas previamente delimitadas.

A valorização da interdisciplinaridade e das competências no Enem aproxima-se das orientações curriculares estabelecidas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que propõe a mobilização de diferentes saberes na resolução de problemas, em oposição à fragmentação disciplinar (Brasil, 2018; Perrenoud, 1999). Essa perspectiva, embora alinhada às diretrizes curriculares contemporâneas e aos debates do Ensino de História, exige dos professores mais do que o domínio dos conteúdos da disciplina. Pressupõe também a capacidade de relacioná-los a problemáticas sociais abrangentes e de estabelecer diálogos com outros campos do conhecimento.

A distribuição dos recortes temporais e a centralidade do presente histórico

A classificação cronológica dos conteúdos seguiu as divisões tradicionalmente adotadas na organização do conhecimento histórico: História Antiga, História Medieval, História Moderna e História Contemporânea. Para a História do Brasil, foram utilizados três recortes específicos: Brasil Colônia, Brasil Império e Brasil República. Essa organi-

zação permitiu agrupar as questões segundo os períodos históricos abordados e comparar sua distribuição ao longo das edições analisadas.

Neste levantamento, a História Antiga abrange as sociedades e civilizações do Oriente Próximo e do mundo mediterrânico, com destaque para Mesopotâmia, Egito, Grécia e Roma. O recorte compreende desde as primeiras formações estatais e civilizações urbanas até a desagregação do Império Romano do Ocidente, tradicionalmente situada em 476 d.C. Já a História Medieval foi delimitada entre esse marco e as transformações que assinalaram a passagem para a Modernidade, convencionalmente situadas entre os séculos XV e XVI. Foram incluídos conteúdos relativos à sociedade feudal, à organização política e econômica da Europa medieval, à Igreja, às Cruzadas, às cidades, às universidades e às experiências culturais e religiosas do período.

A História Moderna foi delimitada entre os séculos XV e XVIII, período marcado pela expansão marítima e comercial europeia, pelo Renascimento, pela Reforma Protestante, pelo absolutismo e pelo Iluminismo, além das revoluções que contribuíram para a crise do Antigo Regime. Também foram considerados os processos de expansão colonial e a formação das relações econômicas e políticas características da modernidade. A História Contemporânea, por sua vez, abrange o período iniciado com as revoluções do final do século XVIII, especialmente a Revolução Francesa de 1789, até o tempo presente. Nesse recorte, foram incluídos temas como industrialização, consolidação do capitalismo, imperialismo, guerras mundiais, revoluções, Guerra Fria, regimes autoritários, descolonização e transformações políticas, econômicas, sociais e culturais dos séculos XIX, XX e XXI.

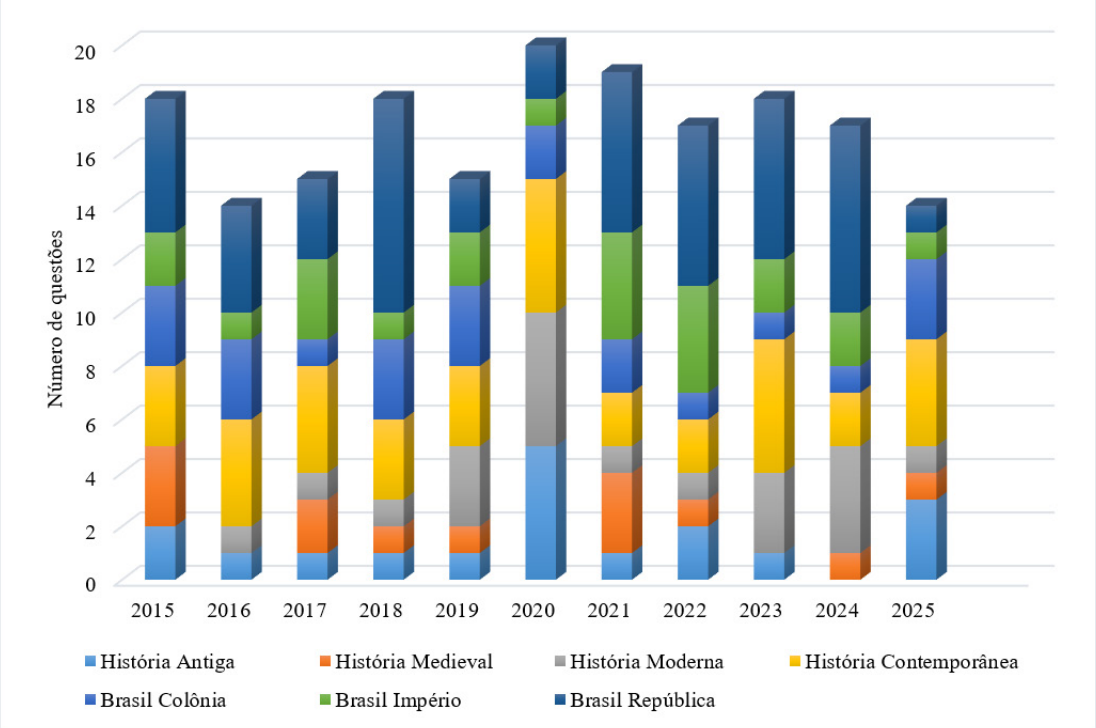
Para a História do Brasil, foram estabelecidos três recortes cronológicos. O Brasil Colônia abrange o período da colonização portuguesa na América, convencionalmente situado entre 1500 e a Independência, em 1822. Nesse intervalo, foram considerados conteúdos relativos à conquista e à ocupação territorial, às relações entre colonizadores e povos indígenas, à escravidão, à economia colonial, à administração portuguesa e às manifestações culturais e religiosas. O Brasil Império, por sua vez, compreende o período entre a Independência e a Proclamação da República, em 1889, incluindo a formação e a organização do Estado nacional, os governos de D. Pedro I e D. Pedro II, as disputas políticas, as transformações econômicas e sociais, a escravidão, o movimento abolicionista e os conflitos que marcaram a sociedade imperial.

A História do Brasil República abrange o período iniciado com a Proclamação da República, em 1889, até a contemporaneidade. Para a organização dos dados, foram consideradas as diferentes experiências políticas desse período: Primeira República (1889–1930), Era Vargas (1930–1945), período democrático de 1946 a 1964, ditadura civil-militar (1964–1985) e redemocratização, seguida pela Nova República. Essa divisão permite distinguir as diferentes configurações institucionais e os regimes políticos que marcaram a experiência republicana brasileira. A classificação da ditadura civil-militar nesse recorte não desconsidera a ruptura da ordem democrática em 1964

nem as particularidades do regime autoritário. Da mesma forma, 1985 foi adotado como marco convencional da transição política, embora a redemocratização tenha constituído um processo gradual, cujos desdobramentos institucionais e políticos ultrapassaram esse ano.

A distribuição dos recortes temporais revela uma concentração de questões sobre História Contemporânea e História do Brasil Republicano, sem excluir a presença dos demais períodos históricos. Como demonstra o Gráfico 1, essa configuração aponta para a preferência do exame por processos históricos que permitem estabelecer relações entre diferentes temporalidades e problemas sociais contemporâneos.

Gráfico 1 – Distribuição dos recortes temporais das questões de História no Enem (2015–2025).



Fonte: Elaboração própria (2026).

A História Contemporânea aparece em 37 classificações, equivalentes a 20% do total, enquanto a História do Brasil Republicano soma 50 registros (27,03%). Juntos, esses dois recortes correspondem a 47,03% das classificações temporais identificadas. A distribuição do período republicano brasileiro ao longo das edições, entretanto, apresenta oscilações: foram registradas cinco questões em 2015, quatro em 2016, três em 2017, oito em 2018 e duas em 2019. Nos anos seguintes, os números foram de duas questões em 2020, seis em 2021, seis em 2022, seis em 2023, sete em 2024 e uma em 2025.

A História Moderna reúne 21 questões (11,35% das classificações temporais), com variações entre zero e cinco ocorrências por edição. O maior número foi registrado em 2020, quando apareceram cinco questões, enquanto em 2015 não houve registros desse período. A História do Brasil Imperial, por sua vez, soma 23 questões (12,43%), com incidência entre uma e quatro questões por edição. Os anos de 2021 e 2022 concentraram as maiores ocorrências, com quatro questões cada. A presença desses dois recortes permite acompanhar a abordagem de temas relacionados à formação do Estado nacional, às transformações políticas do século XIX, ao mundo do trabalho e às origens históricas das desigualdades sociais.

A História do Brasil Colonial aparece em 23 classificações, o equivalente a 12,43% dos registros temporais. As questões relacionadas a esse período abordam processos como a colonização portuguesa, a formação da sociedade colonial, as relações de trabalho, a escravidão e as estruturas de poder. Embora sua frequência seja inferior à dos recortes contemporâneo e republicano, esses conteúdos permanecem relevantes para a compreensão de processos históricos brasileiros, sobretudo quando relacionados à formação de desigualdades e à constituição de estruturas sociais de longa duração.

A História Antiga reúne 18 questões (9,73% das classificações temporais), com variações entre nenhuma e cinco ocorrências por edição. Esse período não aparece nas provas de 2018 e 2024, enquanto sua maior incidência foi registrada em 2020, com cinco questões. A História Medieval soma 13 questões (7,03%), distribuídas entre nenhuma e três ocorrências por edição, com maior frequência em 2015 e 2021, quando foram identificadas três questões em cada ano. Nos dois recortes, predominam abordagens conceituais relacionadas à política, ao direito, à cidadania, à religião, à cultura e à organização social. Em vez de privilegiar a erudição cronológica ou factual, as questões mobilizam esses períodos para trabalhar categorias de análise histórica.

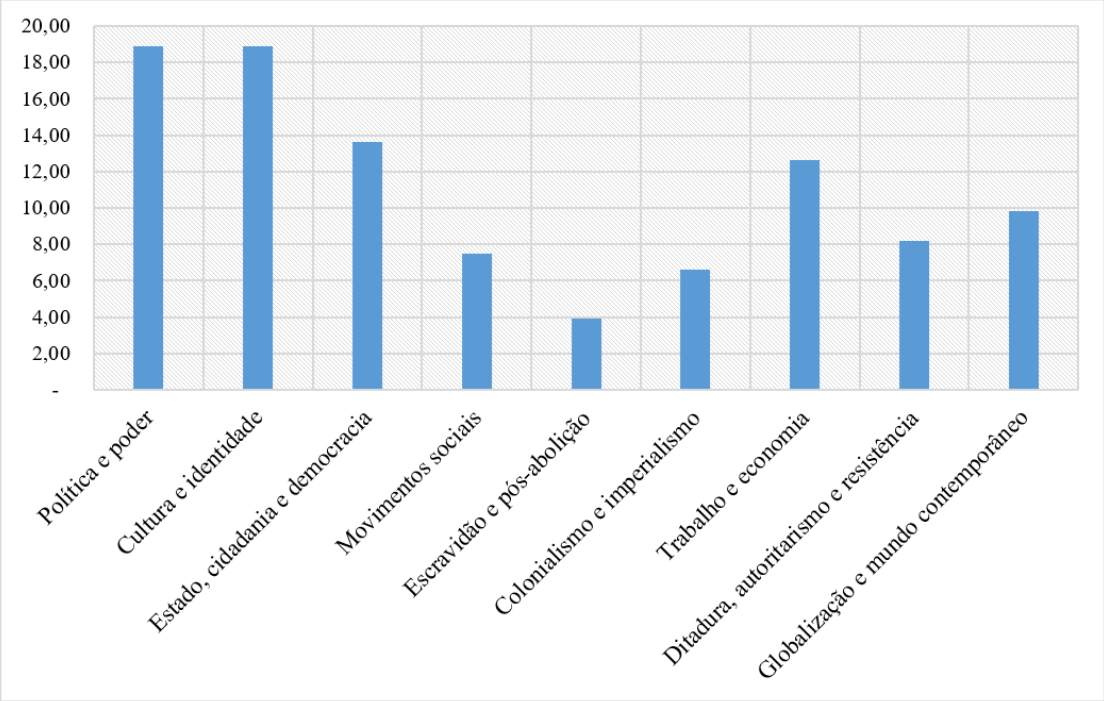
Os eixos temáticos e os conteúdos históricos mobilizados pelo Enem

A classificação temática das questões considerou nove eixos, definidos de modo a contemplar a diversidade de conteúdos históricos presentes nas provas entre 2015 e 2025: Política e poder; Cultura e identidade; Estado, cidadania e democracia; Movimentos sociais; Escravidão e pós-abolição; Colonialismo e imperialismo; Trabalho e economia; Ditadura, autoritarismo e resistência; e Globalização e mundo contemporâneo.

A definição dos eixos temáticos levou em conta o conteúdo histórico predominante em cada questão, a problemática central do enunciado e os conhecimentos exigidos para sua resolução. A simples referência a acontecimentos, personagens ou períodos históricos não foi suficiente para determinar a classificação. O critério adotado priorizou o fenômeno histórico efetivamente abordado em cada item, evitando associações

genéricas entre conteúdos e categorias temáticas. O Gráfico 2 apresenta a distribuição percentual dos eixos identificados nas questões de História ao longo das onze edições analisadas.

Gráfico 2 – Distribuição percentual dos eixos temáticos nas questões de História do Enem (2015–2025).



Fonte: elaboração própria (2026).

Os eixos *Política e poder* e *Cultura* e *identidade* ocupam conjuntamente a primeira posição, representando aproximadamente 37,8% das ocorrências temáticas. O primeiro compreende questões relacionadas às formas de governo, às instituições políticas, às relações de dominação, à legitimidade, à autoridade e às disputas pelo exercício do poder. O segundo reúne abordagens sobre práticas culturais, religiosidade, memória, patrimônio, representações sociais, costumes e construção de identidades coletivas. Em conjunto, esses eixos expressam a presença tanto das estruturas políticas quanto das experiências culturais e simbólicas na abordagem histórica do Enem.

Entre os demais eixos, *Estado, cidadania e democracia* corresponde a 13,6% das ocorrências, seguido por *Trabalho e economia*, com 12,6%. As questões classificadas nessas categorias abordam a formação histórica das instituições, os direitos políticos e civis, as formas de participação e as transformações nas relações de trabalho e nos sistemas econômicos. A presença desses temas permite discutir a constituição das estruturas políticas e econômicas e seus efeitos sobre as condições de vida e a organização das sociedades.

Globalização e mundo contemporâneo corresponde a 9,8% das ocorrências, enquanto *Ditadura, autoritarismo e resistência* representa 8,2%. As questões desses eixos abordam relações internacionais, conflitos políticos, circulação de pessoas e ideias além de experiências autoritárias. Esses conteúdos permitem relacionar acontecimentos recentes a processos históricos de maior duração, situando problemas contemporâneos em suas trajetórias históricas.

Movimentos sociais corresponde a 7,5% das ocorrências, enquanto *Colonialismo e imperialismo* reúne 6,6%. O primeiro eixo abrange mobilizações coletivas, reivindicações por direitos e diferentes formas de organização e resistência de grupos sociais. O segundo contempla processos de conquista, expansão territorial, dominação colonial, exploração imperial e relações de dependência. Embora apresentem percentuais menores em comparação aos eixos mais recorrentes, essas categorias abrangem experiências fundamentais para a compreensão dos conflitos, das relações de dominação e das transformações sociais ao longo da História.

Escravidão e pós-abolição corresponde a 3,9% das ocorrências, constituindo o eixo de menor participação no levantamento. As questões reunidas nessa categoria abordam o tráfico de pessoas escravizadas, as relações de trabalho compulsório, as resistências negras, a abolição e as permanências do racismo e das desigualdades sociais. Mesmo com menor incidência, esses conteúdos ocupam lugar importante na compreensão da formação histórica das sociedades e dos efeitos duradouros da escravidão.

A distribuição temática mostra que as questões de História do Enem abrangem diferentes dimensões da experiência social, com destaque para as relações de poder, as práticas culturais, a formação do Estado e as transformações econômicas. O repertório mobilizado também ultrapassa os acontecimentos políticos tradicionalmente associados à disciplina, incorporando experiências de diferentes sujeitos históricos, movimentos de resistência e processos de transformação das sociedades.

A abordagem histórica presente no Enem aproxima-se de perspectivas da História Social e da História Cultural, especialmente pela atenção dedicada a sujeitos historicamente subalternizados, práticas culturais, disputas simbólicas e experiências coletivas. Também aparecem perspectivas críticas e decoloniais, expressas na problematização do eurocentrismo, na abordagem da História da África, dos povos indígenas e das experiências latino-americanas, além do questionamento de narrativas históricas hegemônicas.

Entre os conteúdos históricos mobilizados pelo Enem estão a conquista e a colonização da América, a escravização de africanos e o tráfico atlântico, a abolição e seus desdobramentos, o imperialismo europeu na África, as independências africanas e o apartheid. Na História do Brasil, aparecem temas como as conjurações coloniais, a formação do Estado imperial, o coronelismo, a Revolução de 1930, o Estado Novo, a

Ditadura Civil-Militar e a redemocratização. As questões também contemplam experiências da Antiguidade e do período medieval, a exemplo da democracia ateniense, da expansão romana, da sociedade estamental e da formação das cidades medievais. Completam esse repertório as abordagens sobre movimentos feministas e outros movimentos sociais, patrimônio cultural, memória histórica e representações das populações indígenas e negras.

A abordagem teórico-metodológica, as competências e as operações cognitivas nas questões de História

A abordagem teórico-metodológica das questões de História permite compreender quais procedimentos de análise e interpretação são exigidos dos candidatos e como o conhecimento histórico é avaliado pelo exame. Ao longo das edições analisadas, mantém-se a valorização da interpretação de diferentes tipos de fontes, entre elas textos historiográficos, documentos históricos, textos literários, discursos políticos, imagens e materiais iconográficos.

As fontes históricas ocupam uma função estruturante nas questões, exigindo dos candidatos leitura crítica, contextualização e capacidade de estabelecer inferências. Essa exigência envolve tanto a localização temporal dos fenômenos quanto a compreensão de seus condicionantes sociais, políticos e culturais (Rüsen, 2001). As questões articulam tempo histórico e espaço social, privilegiando a interpretação dos processos em detrimento da identificação de dados isolados, datas ou sequências cronológicas sem contextualização.

A articulação entre passado e presente também aparece de forma recorrente nas provas analisadas. Temas como democracia, direitos humanos, racismo, desigualdade, gênero, trabalho, autoritarismo e memória são tratados a partir de seus processos históricos, permitindo relacionar problemas contemporâneos às condições que contribuíram para sua formação. Essa perspectiva aproxima o ensino de História da problematização da realidade social e amplia as possibilidades de interpretação do presente.

Quanto ao grau de exigência cognitiva, os dados apontam para um padrão relativamente estável ao longo da década analisada. O conteudismo aparece em níveis baixos ou muito baixos, enquanto a interpretação e a articulação conceitual alcançam patamares elevados ou muito elevados. Desse modo, a resolução das questões depende menos da reprodução de informações memorizadas e mais da capacidade de mobilizar conceitos históricos, reconhecer processos, estabelecer relações e interpretar fontes criticamente.

A análise das questões permitiu sistematizar as principais operações cognitivas mobilizadas pelo exame, entre elas a interpretação, a contextualização, a identificação de processos históricos e a mobilização de conceitos. Por meio desses procedimentos,

os candidatos estabelecem relações entre diferentes temporalidades e dimensões da experiência social. O Quadro 3 reúne as operações identificadas a partir das características predominantes dos itens examinados.

Quadro 3 – Operações cognitivas mobilizadas nas questões de História do Enem (2015–2025).

Operação cognitiva	Caracterização
Interpretação de fontes históricas	Leitura crítica de documentos, textos historiográficos, discursos políticos, imagens e materiais iconográficos.
Contextualização histórica	Compreensão dos fenômenos a partir de suas condições sociais, políticas, econômicas e culturais.
Identificação de processos históricos	Reconhecimento de processos, agentes, conflitos e relações que constituem os fenômenos históricos.
Análise de permanências e transformações	Identificação de continuidades, rupturas e mudanças nas experiências históricas.
Articulação entre passado e presente	Compreensão da historicidade de problemas contemporâneos a partir de suas trajetórias históricas.
Mobilização de conceitos históricos	Utilização de categorias e conceitos para interpretar relações sociais, políticas, econômicas e culturais.
Interpretação crítica de discursos e representações	Análise dos sentidos, interesses e relações de poder presentes nas narrativas e representações históricas.

Fonte: Elaboração própria (2026).

As questões de História do Enem articulam diferentes operações cognitivas, com destaque para a interpretação de fontes e a contextualização histórica. A resolução dos itens exige que os candidatos reconheçam as condições de produção dos documentos, compreendam os processos históricos abordados e estabeleçam relações entre diferentes temporalidades. A mobilização de conceitos históricos e a leitura crítica dos discursos integram, portanto, os procedimentos necessários à interpretação das questões.

A abordagem teórico-metodológica adotada pelo Enem dialoga com as diretrizes curriculares contemporâneas e com os debates do Ensino de História, mas também expõe os limites de avaliar o pensamento histórico crítico em larga escala. Nesse modelo, a História assume uma dimensão interpretativa, voltada à leitura e à problematização do mundo social, para além da organização cronológica dos acontecimentos.

As questões de História do Enem apresentam um padrão discursivo, temático e cognitivo relativamente homogêneo, que reforça a dimensão interpretativa e crítica da disciplina na área de Ciências Humanas. Uma característica desse modelo é a extensão e a densidade dos enunciados. Ao longo das edições analisadas, predominam textos de média a longa extensão, compostos frequentemente por excertos historiográficos, acadêmicos, literários ou documentais. Essa configuração exige dos candidatos capa-

cidade de leitura, interpretação e síntese, além de familiaridade com o vocabulário historiográfico e ensaístico.

A linguagem das questões também se aproxima, em muitos casos, do discurso historiográfico e acadêmico, com o uso de conceitos, categorias analíticas e problematizações próprias da disciplina. Esse repertório contribui para o caráter interpretativo da prova, que ultrapassa a apresentação informativa ou narrativa dos conteúdos. A diversidade cultural ocupa lugar importante nesse conjunto de questões e aparece em diferentes contextos históricos e espaciais, inclusive em debates contemporâneos. A memória histórica, por sua vez, é abordada tanto pela análise das representações do passado quanto pelas disputas em torno das narrativas e dos sentidos atribuídos à História no presente.

As questões de História do Enem exigem tanto o domínio dos conteúdos quanto a capacidade de realizar uma leitura histórica dos fenômenos. Para resolvê-las, os candidatos precisam interpretar fontes, reconhecer sujeitos e conflitos, contextualizar processos e estabelecer relações entre passado e presente. Esse modelo avaliativo valoriza a formação crítica e cidadã, mas também impõe desafios relacionados ao letramento histórico e à leitura qualificada. Ao longo da década analisada, a permanência dessas características reforça uma concepção de História voltada à interpretação do mundo social e de suas desigualdades, para além da transmissão de informações factuais.

A distribuição das competências e habilidades mobilizadas nas questões de História do Enem apresenta um padrão cognitivo estável, em consonância com a Matriz de Referência de Ciências Humanas do INEP. Entre as competências mais recorrentes está a Competência 1, relacionada à interpretação de diferentes linguagens. As questões exigem a leitura de textos historiográficos, documentos históricos, discursos políticos e excertos literários, além de imagens, charges e gráficos, embora estes últimos apareçam em menor escala. A frequência desses materiais confere à prova um caráter predominantemente textual e interpretativo, exigindo dos estudantes letramento histórico e capacidade de análise discursiva.

A Competência 2, relacionada à compreensão dos processos históricos e sociais, também ocupa lugar importante na prova. As questões privilegiam a análise de permanências e transformações, em vez de se concentrarem na identificação de acontecimentos isolados ou em sequências cronológicas lineares. A leitura histórica permite interpretar fenômenos sociais, políticos, culturais e econômicos, mobilizando a capacidade de contextualizar e relacionar processos situados em diferentes temporalidades.

A Competência 5, relacionada à cidadania, à democracia e aos direitos humanos, também aparece de forma recorrente nas provas. Ao longo da década analisada, ela se articula a temas como autoritarismo, desigualdade, racismo, movimentos sociais, par-

ticipação política e disputas por direitos. Essa presença reforça a dimensão formativa atribuída à História no Enem, vinculando a aprendizagem histórica à formação cidadã.

Algumas competências e habilidades, por outro lado, apresentam baixa incidência ou praticamente não aparecem nas provas. É o caso da cronologia factual direta, que envolve a identificação de datas, sequências lineares de acontecimentos e marcos temporais isolados. Conteúdos ligados à História político-institucional tradicional, centrada em governos, datas e atos oficiais descontextualizados, também ocupam espaço residual. O mesmo ocorre com habilidades relacionadas à História econômica quantitativa e demográfica e à leitura cartográfica aprofundada aplicada à História. Quando aparecem, mapas e dados espaciais são utilizados principalmente para contextualizar as questões, sem exploração técnica ou quantitativa mais aprofundada.

Para o Ensino de História, esse perfil de competências aponta para a importância de práticas pedagógicas que desenvolvam a interpretação e a argumentação. Ao mesmo tempo, a concentração em determinadas habilidades impõe limites ao modelo avaliativo, pois deixa em segundo plano outras dimensões da aprendizagem histórica. A permanência desse padrão ao longo da década analisada indica que o Enem consolidou uma concepção de competência histórica associada à leitura crítica do mundo social.

A tensão entre História escolar e História acadêmica no Enem

As implicações pedagógicas da abordagem histórica do Enem colocam em discussão as relações entre a História escolar e os referenciais teórico-metodológicos da História acadêmica. Embora essa tensão já seja debatida no campo do Ensino de História, ela assume características próprias quando atravessada por uma avaliação em larga escala. Como discutido anteriormente, o exame valoriza a interpretação de fontes, a mobilização de conceitos históricos e a análise de processos sociais em diferentes temporalidades, aproximando suas exigências de procedimentos da produção historiográfica contemporânea. Assim, a resolução das questões demanda operações interpretativas que vão além da reprodução de conteúdos factuais.

Essa aproximação, contudo, convive com diferenças entre as práticas escolares e as exigências do exame. Embora o ensino de História apresente abordagens variadas, algumas tradições pedagógicas e materiais didáticos ainda organizam os conteúdos predominantemente em ordem cronológica, com ênfase na exposição narrativa e factual. A distância entre essas práticas e o modelo de História valorizado pelo Enem pode gerar dificuldades para estudantes e professores, sobretudo no domínio da linguagem historiográfica, na leitura de textos densos e na compreensão de conceitos abstratos (Fonseca, 2003; Bittencourt, 2018).

Essas dificuldades também precisam ser compreendidas à luz das desigualdades que atravessam a escolarização brasileira. As condições de acesso a materiais didáticos, recursos pedagógicos e diferentes repertórios culturais variam entre os contextos escolares, interferindo nas possibilidades de apropriação do conhecimento histórico. A especificidade do saber escolar, conforme discutida por Monteiro (2003) e Monteiro e Penna (2011), exige considerar os processos de mediação e as condições concretas em que os conhecimentos são ensinados e aprendidos. No caso do Enem, estudos sobre as diferenças de desempenho entre estudantes das redes pública e privada também apontam a relevância dos fatores socioeconômicos e das condições de escolarização (Feijó; França, 2021). Embora esta pesquisa não tenha investigado comparativamente essas redes, tais questões ampliam a discussão sobre as condições desiguais de preparação dos estudantes para as exigências interpretativas do exame.

A incorporação de procedimentos próprios da História acadêmica ao formato de múltipla escolha também apresenta limites. Embora o Enem estimule uma abordagem interpretativa e problematizadora, a estrutura da prova conduz à seleção de respostas previamente definidas como corretas, restringindo a pluralidade de interpretações característica da produção historiográfica. Assim, a aproximação entre História escolar e História acadêmica permanece condicionada pelas características e exigências do modelo avaliativo.

Do ponto de vista pedagógico, essa tensão impõe um desafio central ao Ensino de História: como formar estudantes capazes de mobilizar procedimentos interpretativos complexos sem desconsiderar as especificidades do contexto escolar? Essa questão implica repensar práticas didáticas que articulem conteúdos, conceitos e fontes, promovendo uma mediação consciente entre a produção acadêmica do conhecimento histórico e sua apropriação no espaço escolar (Bittencourt, 2011, 2018).

A articulação entre o desenvolvimento do pensamento histórico e as condições concretas do trabalho escolar pode orientar diferentes estratégias pedagógicas. O Quadro 4 reúne algumas dessas possibilidades, relacionando as exigências interpretativas presentes nas questões do Enem às especificidades do ensino e da aprendizagem de História.

Quadro 4 – Estratégias pedagógicas diante da tensão entre História escolar e História acadêmica no Enem.

Dimensão pedagógica	Caracterização	Potencial formativo
Trabalho com fontes históricas	Incorporação sistemática de fontes históricas diversas (documentos, imagens, textos historiográficos), com mediação docente e problematização contextual;	Desenvolvimento da leitura crítica, da contextualização e da inferência histórica;
Articulação entre conteúdos e conceitos	Ressignificação dos conteúdos factuais a partir de categorias analíticas (trabalho, poder, cidadania, cultura, desigualdade, memória);	Superação do ensino exclusivamente conteudista e fortalecimento do pensamento histórico;
Relação passado–presente	Problematização de temas contemporâneos articulados a processos históricos de longa duração;	Compreensão histórica da realidade social e fortalecimento da consciência histórica;
Linguagem historiográfica	Trabalho explícito com a linguagem da História, seus conceitos, gêneros textuais e formas de argumentação;	Apropriação progressiva da leitura e da escrita historiográficas;
Avaliação formativa	Valorização de práticas avaliativas que priorizem interpretação, argumentação e análise de fontes.	Alinhamento entre ensino, aprendizagem e exigências interpretativas do Enem.

Fonte: Elaboração própria (2026).

As estratégias reunidas no Quadro 4 partem do reconhecimento de que História escolar e História acadêmica possuem especificidades próprias, mas também possibilidades de articulação. Ao valorizar a interpretação de fontes, a contextualização e a mobilização de conceitos históricos, o Enem apresenta demandas que desafiam as práticas pedagógicas e a organização do conhecimento histórico no Ensino Médio. Incorporar essas exigências ao trabalho escolar, contudo, não significa subordinar o ensino à lógica da avaliação. O desafio consiste em construir experiências de aprendizagem que integrem conteúdos, procedimentos de investigação e reflexão crítica.

Conclusão

A análise das provas do Enem entre 2015 e 2025 identificou padrões recorrentes na seleção dos recortes temporais, dos eixos temáticos, das competências e das abordagens teórico-metodológicas. Apesar das variações entre as edições, os resultados apontam para a relativa estabilidade do modelo avaliativo. Nesse conjunto, a História Contemporânea e a História do Brasil Republicano ocupam posição de destaque,

sendo mobilizadas como chaves de leitura do presente, enquanto os demais períodos históricos recebem uma cobertura menos expressiva.

No plano temático, as questões concentram-se nas relações de poder, na cidadania, na democracia, na cultura e na identidade, além de abordarem processos de dominação, desigualdade e resistência. Predomina uma abordagem interpretativa da História, baseada na leitura de fontes, na contextualização e na articulação entre passado e presente, em lugar de uma perspectiva centrada na memorização e na exposição factual. Entre as competências mais mobilizadas estão a interpretação de diferentes linguagens, a compreensão dos processos históricos e a reflexão sobre cidadania e direitos humanos. Em contrapartida, habilidades relacionadas à cronologia factual direta, à História político-institucional tradicional e à História quantitativa têm presença residual.

Os resultados apontam para a consolidação de um repertório histórico relativamente estável no Enem. Além de avaliar aprendizagens, o exame exerce influência sobre o currículo, as práticas pedagógicas, os materiais didáticos e as formas socialmente reconhecidas de interpretar o passado. No campo do Ensino de História, essa influência torna mais complexa a relação entre História escolar e História acadêmica, uma vez que exige dos estudantes competências interpretativas e conceituais próximas daquelas mobilizadas pela produção historiográfica contemporânea, mas submetidas aos limites de uma avaliação objetiva.

Ao examinar a estabilidade do repertório histórico mobilizado pelo Enem e suas implicações para o ensino da disciplina, este estudo contribui para as discussões sobre avaliação educacional, currículo e Ensino de História no Brasil. Os resultados também abrem possibilidades para novas investigações. Entre elas, estão a comparação das questões com edições anteriores e posteriores ao período analisado; o estudo mais aprofundado das fontes históricas e das linguagens presentes nos itens; a relação entre os conteúdos privilegiados pelo exame e as orientações curriculares da BNCC; e a presença dessas referências nos livros didáticos e nas práticas docentes.

Outra possibilidade de investigação consiste em compreender como professores e estudantes interpretam, incorporam e ressignificam as exigências do Enem no cotidiano escolar. Essa análise deve considerar as diferentes condições de acesso ao conhecimento histórico e as desigualdades que atravessam os processos de escolarização. Mais do que encerrar a discussão sobre a presença da História no exame, os resultados deste estudo oferecem elementos para aprofundar o debate sobre o papel das avaliações em larga escala na seleção, legitimação e circulação dos conhecimentos históricos na educação brasileira.

Referências

APPLE, Michael Whitman. *Ideologia e currículo*. Porto Alegre: Artmed Editora, 2016.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Abordagens históricas sobre a história escolar. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 36, n. 1, p. 83-104, 2011.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Reflexões sobre o ensino de História. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 32, n. 93, p. 127-149, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC, 2018.

FEIJÓ, Janaína Rodrigues; FRANÇA, João Mário Santos de. Diferencial de desempenho entre jovens das escolas públicas e privadas. *Estudos Econômicos, São Paulo,* v. 51, n. 2, p. 373–408, 2021.

FONSECA, Selva Guimarães. *Didática e prática de ensino de História*. Campinas: Papirus Editora, 2003.

INEP – INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. *Matriz de Referência do ENEM*. Brasília, DF: INEP, 2009. Disponível em: https://download.inep.gov.br/download/enem/matriz_referencia.pdf. Acesso em: 11 nov. 2026.

MAINARDES, Jefferson; BALL, Stephen John. *Políticas educacionais*: questões e dilemas. São Paulo: Cortez Editora, 2022.

MONTEIRO, Ana Maria Ferreira da Costa. A história ensinada: algumas configurações do saber escolar. *História & Ensino*, Londrina, v. 9, p. 9–35, 2003.

MONTEIRO, Ana Maria Ferreira da Costa; PENNA, Fernando de Araújo. Ensino de história: saberes em lugar de fronteira. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 36, n. 1, p. 191–211, 2011.

MORAES, Luciene Maciel Stumbo. As Ciências Humanas na Matriz de Referência do ENEM e sua reelaboração: fixação de sentidos por meio dos itens. *Cadernos de Educação Básica*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 13-28, 2018.

PEROBA, Keila Cristine Ferrari. *O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e suas implicações no contexto escolar*: o caso da Escola Estadual de Ensino Médio "Emir de Macedo Gomes" em Linhares-ES. 2017. 258 f. Dissertação (Mestrado em Ensino na Educação Básica) – Universidade Federal do Espírito Santo, São Mateus, 2017.

PERRENOUD, Phillippe. Construir competências é virar as costas aos saberes. *Revista Pátio*, Porto Alegre, v. 3, p. 15-19, 1999.

PIUNTI, Juliana Cristina Perlotti. *O Exame Nacional do Ensino Médio: uma política reconstruída por professores de uma escola pública paulista*. 2015. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015.

RÜSEN, Jörn. *Razão histórica: teoria da história*: os fundamentos da ciência histórica. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

SACRISTÁN, José Gimeno. *Saberes e incertezas sobre o currículo*. Porto Alegre: Penso Editora, 2013.

TRAVITZKI, Rodrigo. *ENEM*: limites e possibilidades do Exame Nacional do Ensino Médio enquanto indicador de qualidade escolar. 2013. 316 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

VIANNA, Heraldo Marelim. *Avaliação educacional*. São Paulo: IBRASA, 2000.

Recebido em: 15 de janeiro de 2026

Aprovado em: 13 de novembro de 2026